



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA FEDERAL DE CONSULTORIA JURÍDICA
CONSULTORIA FEDERAL EM GESTÃO PÚBLICA

PARECER Nº 00013/2025/CFGEP/SUBCONSU/PGF/AGU

NUP: 23875.000833/2025-43

INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - UFAPE E OUTROS

ASSUNTOS: REDISTRIBUIÇÃO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. UNIFORMIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA. SERVIDOR PÚBLICO. REDISTRIBUIÇÃO. AJUDA DE CUSTO. ARTS. 53 A 57 DA LEI Nº 8.112/1990. PORTARIA SEGRT/MGI Nº 619/2023. NOTA TÉCNICA SEI Nº 24307/2025/MGI. PARECER AGU GQ-46.

1. RELATÓRIO

1. A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (PF/UFAPE) submeteu à Subprocuradoria Federal de Consultoria Jurídica (SUBCONSU), nos termos do art. 39, I, da Portaria PGF nº 338/2016 e do art. 74, V e VI, do Decreto nº 12.540/2025, pedido de análise de controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF) em razão de divergência sobre a obrigatoriedade do pagamento da ajuda de custo em situações de redistribuição de servidores públicos federais, disciplinada pelos arts. 37; e 53 a 57, todos da Lei nº 8.112/1990.

2. A PF/UFAPE, por meio do PARECER Nº 00088/2025/DIVCON/PFUFAPA/PGF/AGU (NUP 23875.000833/2025-43), ao examinar redistribuição de servidora docente da UFMT para a UFAPE, concluiu pela obrigatoriedade do pagamento da ajuda de custo, cuja responsabilidade recai sobre o órgão de destino.

3. Em sentido diverso, a Procuradoria Federal junto à Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (PF/IFMS), no PARECER n. 00160/2025/PROJU/PFIFMATO GROSSO DO SUL/PGF/AGU (NUP 23347.008150/2025-11), sustentou que, nas redistribuições por reciprocidade, a movimentação equivaleria, para fins indenizatórios, a uma remoção a pedido, fundada em interesse particular dos servidores, hipótese em que não seria devido o pagamento da ajuda de custo.

4. É o relatório.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1 Competência da SUBCONSU

5. Nos termos do art. 74, V e VI, do Decreto nº 12.540/2025, a SUBCONSU tem competência para emitir manifestações jurídicas em caráter geral e abstrato, com vistas à uniformização de orientação jurídica no âmbito das unidades consultivas da PGF. Assim, cabe à SUBCONSU apenas a fixação de diretrizes interpretativas, não a análise de requisitos específicos em casos concretos, tarefa que permanece sob responsabilidade dos órgãos técnicos, com apoio jurídico das Procuradorias Federais locais.

6. Nesse contexto, a presente análise limita-se a dirimir controvérsia jurídica entre órgãos de execução consultivos da PGF, de modo a uniformizar a orientação jurídica sobre a matéria, em caráter geral e abstrato. Ressalta-se que o exame quanto ao preenchimentos dos requisitos para a redistribuição de cargos ou para a concessão de ajuda de custo em cada caso concreto compete aos órgãos técnicos de cada entidade com o assessoramento jurídico dos órgãos de execução consultivos da PGF.

2.2 Análise da controvérsia jurídica

7. A divergência que motivou a presente uniformização reside na interpretação da redistribuição por reciprocidade para fins de pagamento de ajuda de custo a servidor.

8. Para a PF/UFAPE, a redistribuição, ainda que por reciprocidade, decorre do interesse da Administração, pois a lei exige tal requisito como condição para o deferimento do ato. Assim, havendo mudança de domicílio, a ajuda de custo é obrigatória, cabendo ao órgão de destino suportar o encargo. Já para a PF/IFMS, a redistribuição por reciprocidade teria caráter diverso, equiparando-se a uma remoção a pedido, motivada primariamente pelo interesse particular dos servidores. Nessa hipótese, o pagamento da ajuda de custo seria indevido.

9. A redistribuição de servidores é regulada pelo art. 37 da Lei nº 8.112/1990, que a conceitua como deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, para outro órgão ou entidade, sempre no interesse da Administração.

10. A ajuda de custo, por sua vez, é disciplinada nos arts. 53 a 57 da Lei nº 8.112/1990, com a finalidade de compensar despesas de instalação de servidor que, no interesse do serviço, passe a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

11. A Portaria SEGRT/MGI nº 619, de 9 de março de 2023, ao regulamentar a redistribuição, estabeleceu no art. 13 que:

Art. 13. Na redistribuição de cargos que implicar mudança de domicílio dos ocupantes, o órgão ou entidade de destino será responsável pelo pagamento da ajuda de custo de que trata o art. 53 da Lei nº 8.112, de 11 de

12. Além disso, a Portaria reafirma no art. 6º que a redistribuição deve observar requisitos como o interesse da Administração (inciso I), a equivalência de vencimentos (II), a manutenção da essência das atribuições do cargo (III), a compatibilidade entre atribuições e finalidades do órgão de destino (VI), entre outros. Tais dispositivos deixam claro que a redistribuição é sempre orientada pelo interesse público.

13. Sobre a concessão de ajuda de custo, a Nota Técnica SEI nº 24307/2025/MGI consolidou entendimento vinculante de que a ajuda de custo é direito subjetivo do servidor, de caráter indenizatório, irrenunciável, configurando ato vinculado da Administração quando presentes seus pressupostos fáticos e legais.

14. Portanto, para além da necessidade desta SUBCONSU se posicionar acerca da necessidade de pagamento de ajuda de custo nos casos de redistribuição, a controvérsia a ser resolvida, preliminarmente, é se a redistribuição por reciprocidade deve ser tratada como ato praticado no interesse da Administração (atraindo a obrigação de indenizar) ou como situação análoga à remoção a pedido (afastando o pagamento).

15. Considerando a literalidade do art. 13 da Portaria SEGRT/MGI nº 619/2023, a vinculação da Administração ao entendimento do SIPEC consolidado na Nota Técnica SEI nº 24307/2025/MGI, e a exigência legal de interesse da Administração como requisito necessário para toda redistribuição (art. 37 da Lei nº 8.112/1990 e art. 6º da Portaria SEGRT/MGI nº 619/2023), entende-se que a redistribuição, mesmo por reciprocidade, só se aperfeiçoa quando demonstrado o interesse da Administração, não podendo ser reduzida a mero atendimento de interesse particular.

16. Nesse sentido, havendo mudança de domicílio de servidor por força de redistribuição, incide obrigatoriamente a ajuda de custo, de natureza indenizatória, irrenunciável e devida pelo órgão de destino.

17. Assim, a equiparação da redistribuição por reciprocidade (art. 37, da Lei nº 8.112/90) à remoção a pedido (art. 36, parágrafo único, II e III, da Lei nº 8.112/90) não encontra respaldo normativo, pois, enquanto a remoção pode ocorrer exclusivamente a pedido do servidor, a redistribuição depende, necessariamente, do interesse da Administração.

18. Por fim, cumpre destacar que o Parecer AGU nº GQ-46 (publicado no DOU em 13/12/1994), aprovado pelo Presidente da República, fixou entendimento vinculante para a Administração Pública Federal de que compete ao órgão central do SIPEC disciplinar e expedir diretrizes em matéria de gestão de pessoas, cabendo à AGU apenas uniformizar a interpretação dos atos normativos por ele editados. É dizer, a interpretação normativa da matéria deve observar as orientações fixadas pelo órgão central do SIPEC, cabendo à AGU apenas uniformizar a aplicação jurídica dessas diretrizes, conforme já delimitado pelo Parecer AGU nº GQ-46.

3. CONCLUSÃO

19. À vista do exposto, conclui-se que:

a) A redistribuição de servidores, inclusive quando realizada por reciprocidade, somente se aperfeiçoa quando presentes os requisitos legais que a vinculam ao interesse da Administração.

b) A Portaria SEGRT/MGI nº 619/2023, em seu art. 13, estabelece expressamente que, nos casos de redistribuição que impliquem mudança de domicílio, a ajuda de custo prevista no art. 53 da Lei nº 8.112/1990 será devida e suportada pelo órgão ou entidade de destino;

c) A Nota Técnica SEI nº 24307/2025/MGI consolidou o entendimento vinculante de que o direito à ajuda de custo, previsto nos arts. 53 da Lei nº 8.112/1990, é irrenunciável, por se tratar de direito indisponível do servidor;

d) Considerando o marco normativo vigente e a orientação vinculante do SIPEC, deve prevalecer a interpretação segundo a qual a ajuda de custo é obrigatória nas redistribuições com mudança de domicílio, cabendo ao órgão de destino arcar com o pagamento, sem possibilidade de renúncia;

e) A análise quanto ao cumprimento dos requisitos funcionais e administrativos em cada caso concreto permanece a cargo dos órgãos técnicos competentes de cada entidade, com o devido assessoramento jurídico das unidades consultivas locais da PGF.

À consideração superior.

Brasília, 03 de outubro de 2025.

RAFAEL CRUZ GOUVEIA PINHEIRO
Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23875000833202543 e da chave de acesso 4455b0eb



Qual sua percepção sobre
esta manifestação?
Responda de forma
anônima, em menos de 30
segundos!



Documento assinado eletronicamente por RAFAEL CRUZ GOUVEIA PINHEIRO, com certificado A3 de Pessoa Física, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2952361172 e chave de acesso 4455b0eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): RAFAEL CRUZ GOUVEIA PINHEIRO, com certificado A3 de Pessoa Física. Data e Hora: 03-10-2025 16:49. Número de Série: 68472941197220432198250868279. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA FEDERAL DE CONSULTORIA JURÍDICA
CONSULTORIA FEDERAL EM GESTÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 00228/2025/CFGEP/SUBCONSU/PGF/AGU

NUP: 23875.000833/2025-43

INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - UFAPE E OUTROS

ASSUNTOS: REDISTRIBUIÇÃO

1. Ciente e de acordo com o PARECER Nº 00013/2025/CFGEP/SUBCONSU/PGF/AGU da lavra do Dr. Rafael Cruz Gouveia Pinheiro.
2. À consideração superior da Subprocuradora Federal de Consultoria Jurídica com sugestão de ciência à Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (PF/UFAPE) e à Procuradoria Federal junto à Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (PF/IFMS).

Brasília, 03 de outubro de 2025.

ANA CAROLINA DE SÁ DANTAS
Consultora Federal em Gestão Pública

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23875000833202543 e da chave de acesso 4455b0eb



Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA DE SA DANTAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2956271718 e chave de acesso 4455b0eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA CAROLINA DE SA DANTAS, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 03-10-2025 16:51. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA FEDERAL DE CONSULTORIA JURÍDICA
GABINETE

DESPACHO Nº 00481/2025/GAB/SUBCONSU/PGF/AGU

NUP: 23875.000833/2025-43

INTERESSADOS: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - UFAPE E OUTROS

ASSUNTOS: REDISTRIBUIÇÃO

1. Aprovo o PARECER Nº 00013/2025/CFGEP/SUBCONSU/PGF/AGU.
2. Encaminhe-se à Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (PF/UFAPE) e à Procuradoria Federal junto à Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (PF/IFMS), para ciência.
3. Cientifique-se o Consultor Federal em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Brasília, 06 de outubro de 2025.

ANA PAULA PASSOS SEVERO
Subprocuradora Federal de Consultoria Jurídica

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23875000833202543 e da chave de acesso 4455b0eb



Documento assinado eletronicamente por ANA PAULA PASSOS SEVERO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2958107167 e chave de acesso 4455b0eb no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANA PAULA PASSOS SEVERO, com certificado A1 institucional (*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 06-10-2025 00:21. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.
